



A INFLUÊNCIA DO AMBIENTE PRISIONAL NA SAÚDE MENTAL DOS POLICIAIS PENAIIS

THE INFLUENCE OF THE PRISON ENVIRONMENT ON THE MENTAL HEALTH OF PENITENTIARY POLICE SERVICE

Romenia Aquino SILVA
Faculdade Católica Dom Orione (FACDO)
E-mail: romeniaaquino38@gmail.com

Anderson Rocha ALENCAR
Faculdade Católica Dom Orione (FACDO)
E-mail: andersonroccha@hotmail.com

208

RESUMO

O ambiente prisional é composto por vários fatores, incluindo a arquitetura das instalações, a dinâmica das relações entre os reeducandos e funcionários, e a quantidade e qualidade dos recursos disponíveis. Trabalhadores nesse ambiente enfrentam desafios que podem afetar sua saúde mental, incluindo riscos físicos e psicológicos, além do estresse e opressão no ambiente prisional. Neste estudo analisamos como esses fatores contribuem para o surgimento de diversas patologias e impactos negativos na saúde mental dos trabalhadores prisionais, incluindo estresse, depressão, insônia, síndrome de burnout, esgotamento emocional e muitas vezes despersonalização. A revisão bibliográfica foi o modelo de metodologia escolhido, qualitativa e narrativa utilizando Scielo e Google Acadêmico para a pesquisa de dados. E diante disso, foi possível perceber que os profissionais do ambiente prisional enfrentam dificuldades para lidar com a exposição prolongada e intensa nesses ambientes, o que isso leva a redução significativa no desempenho no trabalho.

Palavras-chave: Desafios. Trabalhadores. Depressão. Estresse. Desempenho.

ABSTRACT

The prison environment is made up of several factors, including the architecture of the facilities, the relationships dynamics between inmates and staff, and the quantity and quality of available resources. Workers in this environment face challenges that can affect their mental health, including physical and psychological risks, as well as the

stress and oppression of the prison environment. In this study, we analyze how these factors contribute to the emergence of various pathologies and negative impacts on the mental health of prison workers, including stress, depression, insomnia, burnout syndrome, emotional exhaustion and often depersonalization. The methodology used was carried out through a bibliographical, qualitative and narrative review study using Scielo and Google Scholar for data search. And in view of this, it was possible to perceive that professionals in the prison environment face difficulties in dealing with prolonged and intense exposure in these environments, which leads to a significant reduction in work performance.

Keywords: Challenges. Workers. Depression. Stress. Performance.

INTRODUÇÃO

Um sistema prisional é uma rede de instituições e políticas governamentais com o objetivo de manter e administrar aqueles que foram condenados por crimes em um ambiente seguro e ordenado. A administração das prisões, a supervisão dos prisioneiros, o processo criminal e a condenação, juntamente com outras medidas preventivas e de reabilitação, estão todos incluídos no sistema penal (MACHADO; GUIMARÃES, 2014). O trabalho pode ser entendido por meio de uma gama de significados (por exemplo: sacrifício, sobrevivência, conquistas, criador de identidade, status social etc.) que se modificam com o tempo e na história com implicações na forma como os trabalhadores vivem (GRISCI, 1999). Nesse caso, o trabalho se desloca em território contraditório, pois tanto pode provocar um processo de alienação e até descompensação psicológica, quanto ser fonte de bem-estar e ferramenta de libertação (TSCHIEDEL; MONTEIRO, 2013).

Os policiais e agente penitenciários são trabalhadores que realizam serviços públicos de alto risco, pois eles são responsáveis pelas penitenciárias e pelos reeducandos que nelas se encontram. Estes trabalhadores desempenham atividades de planejamento de organização dentro do ambiente de trabalho e executam serviços de vigilância e de segurança de pessoas privadas de liberdade (SILVA; SILVA; CAVALCANTE, 2022).

À vista disto, Tschiedel e Monteiro (2013) denotam que o trabalho no sistema penitenciário é um trabalho desgastante e como relatados por muitos trabalhadores,

humilhante, por esses motivos, podemos classificar o trabalho da polícia penal como sendo uma área de serviço com muitos perigos para os trabalhadores tanto física quanto psicologicamente. Desta forma, esta pesquisa estabelece a seguinte questão norteadora: Porque o sistema prisional influencia diretamente na saúde mental destes trabalhadores?

Como objetivo principal, faremos uma análise sobre as principais singularidades do ambiente de trabalho e de que forma isso contribui negativamente para com a saúde física e mental dos profissionais desta categoria. Este estudo buscou contextualizar o ambiente prisional, expor as principais características da estrutura de uma penitenciária e o funcionamento da mesma.

Esta pesquisa apresenta grande relevância no que diz respeito à identificação dos impactos psicológicos experienciados por policiais penais, trabalhadores estes que são invisibilizados pela sociedade. Ademais, com os resultados alcançados através deste estudo, pode haver uma contribuição para reformulação de estratégias e políticas públicas que tenham como objetivo a redução de danos dos impactos sofridos por esses indivíduos e, por consequência, garantir uma qualidade de vida e de trabalho dignas para esses profissionais.

O AMBIENTE PRISIONAL

Segundo Bezerra et al. (2021) O sistema prisional brasileiro vive um momento de crise agudizada, ou seja, uma crise que se intensificou, tornando-se mais cada vez mais grave, com revoltas e assassinatos ocorrendo com frequência e refletindo problemas de abrangência nacional como superlotação de celas, condições desumanas de confinamento, número inaceitável de presos provisórios (40%) e agravamento de conflitos entre rivais facções (Conselho Nacional do Ministério Público, 2020).

Como inerente à sua profissão, os agentes penitenciários também chamados de policiais penais devem zelar pela segurança de todos no ambiente penitenciário, incluindo os reeducandos. Eles mantêm contato direto com os servidores penitenciários, dentre eles, trabalhadores da área da saúde e limpeza, assistentes sociais, psicólogos e educadores, eles também lidam diariamente com ambientes perigosos e violentos e participam de eventos estressantes e traumáticos. Policiais penais encarregados de conter, deter e tratar criminosos frequentemente se deparam com diversas situações que geram situações estressantes como intimidações, ameaças,

ataques e possíveis rebeliões e risco de serem mortos ou feitos reféns (BEZERRA, et al; 2021).

De acordo com dados levantados em dezembro de 2019 feitos pelo Departamento Penitenciário Nacional (Depen) existem aproximadamente cerca de 755.274 pessoas retidas de liberdade no Brasil, o país tem a terceira maior população de reeducandos perdendo apenas para os Estados Unidos e China (Nascimento, 2022). atestando a carência de capital humano nas instituições do sistema prisional. E esse é um dos grandes problemas que se destacam no sistema penitenciário brasileiro, a superlotação, assim como a escassez de assistência médica e higiene. Com a desestruturação deste sistema as pessoas privadas de liberdade são inseridas em ambientes precários dificultando tanto o trabalho de segurança do policial penal, quanto o objetivo de trabalhar a reinserção e a reabilitação na sociedade, trazendo prejuízos à saúde mental dos trabalhadores e dos reeducandos (MACHADO E GUIMARÃES, 2014).

Devido a isso no sistema prisional, os trabalhadores exercem ocupações perigosas e estressantes, além de serem vistos negativamente e estereotipados pela sociedade. A verificação das condições de trabalho dos servidores penitenciários é fundamental, pois, além de exigir uma imagem e atitude adequadas para com os reeducandos, demonstra um grande comprometimento e responsabilidade (ALBURQUERQUE; ARAÚJO, 2018).

Os policiais penais desempenham importante papel no funcionamento das instituições prisionais, tendo contato diretamente com a população privada de liberdade e responsáveis pela custódia dos presos. Este é um grupo de profissionais pouco analisados que trabalham em instituições totais ou fechadas como por exemplo as prisões que tem como objetivo buscar controlar a vida das pessoas que estão submetidas a essas instituições, o fechamento destas instituições é caracterizado pela barreira com a sociedade com esquemas de limitações de saída daquele local. A complexidade de suas atividades depende das especificidades dos órgãos de controle e vigilância e do estigma associado às suas funções como por exemplo a violência, a corrupção, a falta de humanidade entre outras características que estão associadas a esse trabalho (BEZERRA; ASSIS; CONSTANTINO, 2016).

No entanto, a situação nos presídios nacionais coloca em risco a biossegurança e a segurança dos profissionais deste local, enquanto a segurança é uma medida

preventiva que visa proteger tanto as pessoas como as propriedades de ameaças externas como ataques, rebeliões e ameaças tecnológicas, a biossegurança é uma medida preventiva para proteger pessoas e o meio ambiente de riscos biologicamente danosos como vírus, bactérias e resíduos existentes no local, comum em ambientes insalubres. Nesse contexto, uma vez que estão expostos a esses perigos, isto pode vir a ser uma barreira para a execução do trabalho, comprometendo o rendimento e bem-estar desses profissionais locais e gerando estresse ocupacional (BARBOSA et al., 2018).

Os funcionários do contexto prisional são trabalhadores que desempenham serviço público de alto risco e se preocupam com a proteção da sociedade civil, incluindo planejamento, organização e implementação de serviços de vigilância, tutela e segurança para os infratores nas prisões e implementação de programas e operações de apoio ao tratamento criminal para auxiliar na sua ressocialização (JASKOWIAK; FONTANA, 2015).

Os Agentes de Segurança Prisional (ASPs) realizam a vigilância paralelamente à supervisão da hierarquia institucional e dos próprios infratores. Portanto, além de exigir rigor na atuação profissional, os agentes de segurança prisional devem desenvolver estratégias para lidar com situações aversivas que fujam da ordem imposta pelas normas da unidade prisional (RUMIN; SANTOS, 2007).

Precisam ser capazes de exercer trabalho em equipe e estarem em foco, manter o autocontrole, e a possuem a capacidade de desenvolverem mecanismos de enfrentamento em situações atípicas. Esses profissionais mantêm um ambiente seguro nas instituições penitenciárias e por diversas vezes são expostos a situações que os geram tensão, como riscos de ameaças e agressões por parte dos reeducandos. Estão sempre trabalhando sob pressão, correm risco de morte e se deparam com pouca visibilidade e aceitação social (BEZERRA; ASSIS; CONSTANTINO, 2016).

A relação entre policiais penais e reeducandos têm uma ligação direta, mas os policiais não mantêm contato com todos as pessoas privadas de liberdade, dentre todos que estão ali, alguns são escolhidos para terem um contato maior com o funcionário prisional e ajudarem com tarefas de confiança (RIBEIRO, et. al).

Certas atividades laborais que esses policiais penais realizam apresentam especificidades que podem gerar impactos psicológicos adversos tais como sensação de isolamento, agressividade, estado vigilância excessiva mesmo fora do ambiente de

trabalho, devido a necessidade de concentração sustentada, trabalhos em turnos, e isolados e trabalho sob ameaças violentas. Todos esses aspectos caracterizam a atuação dos profissionais de segurança, inclusive dos agentes penitenciários (BEZERRA et al., 2021).

Quanto aos aspectos citados anteriormente, embora sugira um índice de satisfação dos profissionais, a supressão de liberdade e autonomia para realizar o atendimento de saúde aos reeducandos foi considerada um entrave para a ação em saúde no sistema prisional pois sempre há uma presença permanente de Agentes de Segurança Prisional (ASP) durante o atendimento e falta de flexibilidade por parte dos trabalhadores às pessoas privadas de liberdade, além disso, percebe-se que os aspectos relacionados à segurança e à disciplina são valorizados, o que é prejudicial à assistência à saúde (BARBOSA, et al., 2018).

Além dos problemas destacados anteriormente em relação aos cuidados de saúde com os reeducandos, os trabalhadores prisionais também sofrem com questões relacionadas à própria saúde, principalmente com a mental, conforme destacado por Bezerra et al. (2021) confirmaram a presença de sofrimento mental entre esses trabalhadores, observando que eles se deparam com ambientes psicologicamente inadequados, condições de infraestrutura instáveis, longas jornadas de trabalho, escassez de tempo de lazer e má organização das funções.

As suas atividades incluem a escolta, disciplina e segurança dos reclusos; triagem de acesso a viaturas, fiscalização; verificação e revista de reclusos, controle e inspeção diária dos reclusos em todas as áreas do perímetro prisional; supervisão e controle do trabalho prisional e do comportamento dos reeducandos, em execução penal cumprir as normas e regulamentos da instituição prisional em todas as suas fases; executar as infrações e procedimentos disciplinares. Embora os servidores públicos sejam obrigados por lei a trabalhar em condições adequadas de saúde durante o desempenho de suas atividades funcionais, tais atividades podem oferecer riscos à saúde física e mental dos trabalhadores (JASKOWIAK; FONTANA, 2015).

A profissão de policial penal e dos demais trabalhadores do sistema criminal estão associados a diversas formas de discriminação, preconceito e mitos que povoam o imaginário humano e impedem a consciência da complexidade do trabalho real que está sendo realizado. A sociedade estampa suas marcas de acordo com seus conceitos e padrões, e as transfere para os policiais que, ao invés de refutá-las, as internalizam e

potencializam seus efeitos. Esses profissionais sentem falta de consciência de seus papéis (JESUS; FELIPPE; SILVA, 2021).

As prisões caracterizam-se por relações centradas no exercício do poder, expressas como uma tentativa de colocar os aprisionados sob um sistema de controle e obediência. A vigilância contínua e as operações voltadas para o controle dos criminosos acabam por levar ao estabelecimento de práticas totalitárias e atingem os servidores do sistema prisional. A vigilância prisional constitui, assim, um caso claro de intensas manifestações de sofrimento mental decorrentes da organização e das condições de trabalho (RUMIN; SANTOS, 2007).

Para Albuquerque e Araújo (2018), algumas das dificuldades enfrentadas pelos funcionários que trabalham nesses estabelecimentos é a impossibilidade de se desligar totalmente do trabalho, mesmo nos dias de folga, por ser um ambiente atípico com personalidades diferentes e pessoas vivendo experiências insalubres e ambientes perigosos. Assim, a atuação dos policiais penitenciários, somada às precárias condições oferecidas pelos sistemas prisionais, repercute na saúde física, no estresse e no desgaste mental, como será visto nos resultados e discussões.

METODOLOGIA

Este estudo foi viabilizado por meio de uma revisão bibliográfica, qualitativa e narrativa sobre o impacto do ambiente prisional na saúde mental dos trabalhadores, que segundo Lakatos (2002 p.44), diretório de pesquisa é a verificação de toda a bibliografia já em publicação, na forma de livros, revistas, publicações privadas e mídia impressa.

A busca do material foi realizada nas bibliotecas virtuais Medline, Scielo, Lilacs e Google Acadêmico. Como descritores de buscas foram utilizadas as seguintes palavras-chave: “Ambiente prisional” and “trabalhadores penitenciários” and “saúde mental”, compreendendo o período de 2013 – 2023.

A partir do levantamento dos materiais foi feita uma leitura exploratória, com o objetivo de analisar em que medida a obra consultada é relevante à pesquisa. Após a leitura exploratória foi feita a determinação do material que será utilizado na pesquisa, caracterizando, assim, a leitura seletiva.

Para critérios para inclusão foram utilizados artigos publicados em português, completos e gratuitos disponíveis na internet. Não foram utilizados estudos em forma

de resenhas, resumos e notícias que não compartilhassem os objetivos buscados. Seguidamente, os resultados foram interpretados e discutidos e descritos a seguir.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Apesar das diversas exigências para que os trabalhadores desempenhem as funções de policial prisional, quase sempre é negado ao profissional apoio institucional e psicológico reconhecimento ou mesmo condições favoráveis de trabalho. Estudos realizados com agentes penitenciários revelou outros desafios no trabalho, entre eles: conflito interpessoal entre as equipes de trabalho, trabalhadores da área temem revelar suas identidades profissionais, temem ser alvo de violência em contextos sociais, arriscar a vida por si e por seus familiares, insatisfação com remuneração percebida como injusta e inadequada e falta de oportunidades de crescimento profissional e ascensão na carreira (SOUZA et al., 2018).

Observou-se que após certo período de exercício profissional em ambiente considerado instável, insalubre e perigoso, os trabalhadores sofrem com os perigos presentes no campo e no ambiente profissional. A insegurança no trabalho é a causa da saúde precária. Esses requisitos são configurados com base no estresse psicológico que os trabalhadores submetem em suas atribuições. Podem surgir um descompasso entre a quantidade de trabalho a ser executado por unidade de tempo e/ou a capacidade do trabalhador e o trabalho a ser executado neste caso, o sistema prisional, que se inclina a ter maior impacto no sofrimento psíquico dos trabalhadores (ALBURQUERQUE; ARAÚJO, 2018).

É importante ressaltarmos que essa relação entre ambiente de trabalho e saúde dos trabalhadores é complexa e multifacetada, envolvendo fatores como a natureza do trabalho, o tipo de exposição e o suporte oferecido pelo governo para o sistema penitenciário. Dessa forma, é fundamental que os gestores e o governo estejam atentos a essa questão e implementem medidas para assegurar um âmbito de trabalho saudável e seguro para todos. A postura de sempre alerta gera ansiedade, e esse necessário aguçamento dos sentidos leva a um maior desgaste mental. O caráter estressante e perigoso do trabalho em ambiente prisional pode impactar a saúde desses profissionais por meio de doenças físicas, estresse, esgotamento, problemas familiares ou incapacidade para o desempenho de suas funções, além de comprometer a segurança institucional (BEZERRA; ASSIS; CONSTANTINO, 2016).

Com isso podemos perceber que o trabalho em ambiente prisional é desafiador e exige muito da atenção, vigilância e responsabilidade do colaborador. Por isso, é de suma importância que sejam implantadas políticas públicas e estratégias de gestão que visem garantir segurança e saúde dos profissionais que atuam nesse ambiente, desta forma será possível promover segurança e um ambiente de trabalho não adoecedor que possa contribuir para o bom desempenho das funções e para o bem-estar dos indivíduos que atuam nesta esfera.

A capacidade de trabalho e a aptidão física e mental também podem ser prejudicadas pela falta de tempo de descanso. Embora não haja carga horária estabelecida que não acarrete agravos à saúde física e mental do profissional, a legislação vigente deve ser cumprida devido à restrição de sono e aumento dos níveis de fadiga e estresse. Estresse este capaz de criar situações únicas na vida dos trabalhadores, que podem afetar outros aspectos do ser humano, como o físico, o psicológico e o social (BARBOSA et al., 2018). Diante disso, conseguimos analisar a importância de uma carga horária de trabalho que seja adequada para a complexidade do trabalho exercido para que o indivíduo possa recuperar-se fisicamente e mentalmente, evitando distúrbios de sono, de alimentação entre outros problemas que podem ocorrer devido ao cansaço excessivo, isso não só beneficia a eles próprios, como também beneficia o trabalho, a segurança e o convívio organizacional.

Albuquerque e Araújo (2018) expõem uma pesquisa administrada pelo Instituto de Psicologia (IP) da Universidade de São Paulo (USP), que mostrou que o estresse constante sobre o substituto afeta a compreensão psicológica. As más condições de trabalho nos presídios, o número insuficiente de efetivos nas unidades, a superlotação dos presídios e a falta de equipamentos de segurança levam à insatisfação dos policiais com a dificuldade de reformar o ambiente de trabalho, o que reflete diretamente em sua saúde.

Foram identificados como condições de risco para sofrimento psíquico entre os policiais penais: Apoio social insuficiente no trabalho, conflito com colegas e supervisores, exposição diária à violência física, medo da segurança familiar, medo de contrair doenças como tuberculose, hepatite C, HIV e baixa aceitação social, que se refere à falta de reconhecimento e respeito que esses trabalhadores enfrentam devido ao estigma associado ao trabalho em penitenciárias. Esses profissionais geralmente são vistos como responsáveis pela punição e pelo tratamento dos reeducandos, o que pode

gerar hostilidade e preconceito por parte da sociedade. Esse conflito de papéis ou paradoxo punição/reeducação refere-se ao trabalho de tutela e vigilância que acompanha a ressocialização ou reabilitação (BEZERRA et al., 2021).

A exaustão emocional dos funcionários do sistema prisional é um fator que também pode estar associado a outras condições patológicas. Sabe-se que a incidência da síndrome metabólica tem uma maior ocorrência entre indivíduos sujeitos a grandes demandas psicológicas na prática profissional. Pesquisas sobre a síndrome metabólica entre funcionários da prisão que envolve resistência à insulina, obesidade e hipertensão arterial, pode estar associada ao estresse ocupacional. Ambientes de trabalho desfavoráveis também podem explicar o risco cardiovascular nesse grupo (JASKOWIAK; FONTANA, 2015).

Jesus, Felipe e Silva (2021) constataram em seu estudo sobre a vulnerabilidade ao estresse entre os agentes de segurança penitenciários, que o ambiente institucional, as relações entre colegas e chefias e a insatisfação no trabalho podem influenciar os funcionários para que fiquem vulneráveis ao estresse. Os resultados deste estudo sugerem que o ambiente de trabalho é um dos fatores que contribuem para a sensibilidade do policial penitenciário ao estresse.

Paixão et al (2022) discutem o impacto do meio ambiente na saúde mental de profissionais do sexo feminino. Desta forma, destacam que muitas vezes as características masculinas são priorizadas no sistema prisional, de modo que os homens podem ser mais efetivos em atender às expectativas de controle e vigilância dos presos, levando a uma despersonalização mais acentuada nas substitutas do sexo feminino em relação aos substitutos do sexo masculino. Esta situação conduz a emoções negativas para com quem trabalha, levando à adesão de atitudes que correspondem a essas emoções, como o cinismo e a apatia, refletidos num ambiente negativo e nocivo que reduz o bem-estar no trabalho, sim, numa prisão ambiente, as mulheres evitam expor sua feminilidade, o que pode mostrar vulnerabilidade com as reeducandas.

De maneira geral, o ambiente de trabalho no sistema prisional proporciona condições insalubres e precárias para seus servidores. Consequentemente, os profissionais estão frequentemente expostos a riscos químicos, como fumaça de cigarro; riscos físicos, como ruídos, superaquecimento; riscos biológicos, como vírus e falta de água potável, banheiros e saneamento; e riscos ergonômicos, como posturas

desconfortáveis e repetitivas tarefas (SOUZA, et al., 2018).

Segundo Rumin e Santos (2007), as situações constrangedoras e perturbadoras vivenciadas por esses trabalhadores e suas interações na determinação do sofrimento mental, por exemplo: instabilidade do estabelecimento, tensão entre vigilantes e detentos, risco de detenção por agressão, a falta de preparo profissional, a desvalorização da profissão e o caráter predominantemente violento que permeia todas as atividades, intromissão desenfreada na vida fora do trabalho.

Dessa forma, constatou-se que a saúde de funcionários penitenciários pode ser afetada por problemas advindos do relacionamento com colegas e presos, natureza do trabalho, conjunção do ambiente de trabalho e questões organizacionais relacionadas às políticas de gestão de pessoal, salário e promoção (SOUZA, et al. 2018).

Fatores de risco psicossociais persistentes no ambiente de trabalho podem comprometer a saúde física e mental dos trabalhadores, com consequências para sua saúde que, por sua vez, afetam seu ambiente de trabalho. A exposição contínua dos trabalhadores a esses riscos pode contribuir para o surgimento de transtornos mentais e comportamentais, pois pesquisas têm demonstrado forte relação entre transtornos psicossomáticos e ocorrências clínicas decorrentes das condições de trabalho (TSCHIEDEL, 2012).

A validação pessoal como forma de suporte social é um dos principais impulsionadores da saúde mental e da motivação no trabalho. Manifestam-se como uma retribuição simbólica pelas contribuições que os funcionários fazem à empresa e por meio das contribuições da empresa à sociedade como um todo. Essa retribuição é distinta da retribuição material (salário, bônus, promoção); o reconhecimento pode transformar a dor do trabalho em prazer ao fortalecer a identidade (BEZERRA, et al., 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo se concentrou em analisar as formas de trabalho instáveis e as consequências do trabalho exercido dentro de uma penitenciária na saúde mental dos policiais penais do sistema penitenciário brasileiro. Diante das pesquisas realizadas, é notado que estes colaboradores enumeram diversas dificuldades enfrentadas para lidar com o trabalho de alto risco e a infraestrutura precária das unidades que estão inseridos diariamente.

Essas características laborais citadas anteriormente favorecem o estresse no trabalho, reconhecendo a importância de analisar criticamente os fatores que são estressores organizacionais a fim de criar ambientes mais saudáveis para os trabalhadores desta esfera.

A instituição prisional, como instituição fechada, possui características únicas que podem deixar o público fora destes muros ansioso para conhecer sua cultura, sua visão organizacional e espaço que os policiais penais neste caso ocupam. Nesse sentido, ao avaliar a saúde mental desses trabalhadores, o ambiente e o atual crescimento da população carcerária no Brasil não podem ser ignorados como principais aspectos que influenciam suas atividades laborais, o que, aliado às características pessoais e organizacionais, contribui para a construção do adoecimento dentro dessas instituições.

A solução não deve se limitar a textos acadêmicos, mas deve ser integrada à prática, caso contrário, em pouco tempo, o trabalho se tornará um fator causador e, se ainda não o for, estará contrariando a premissa da lei organizacional. Saúde que legisla para prevenir lesões e promover a saúde do trabalhador. Uma política efetiva de ressocialização do infrator também responde às inquietações da maioria dos sujeitos e, portanto, satisfaz os servidores.

A partir dos dados deste estudo, os profissionais conseguem perceber sua realidade ao empregar estratégias que favoreçam a qualidade de vida no trabalho no decorrer de seu trabalho. Ao final, continua sendo uma fonte de informação para que instituições de ensino superior possam formar futuros profissionais, inserindo-os neste cenário o mais cedo possível para desenvolverem habilidades e competências.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Deisiane Rodrigues; ARAÚJO, Marley Rosana Melo de. Precarização do trabalho e prevalência de transtornos mentais em agentes penitenciários do estado de Sergipe. **Revista Psicologia e Saúde**, 2018.

BARBOSA, Mayara Lima et al. Qualidade de vida no trabalho dos profissionais de saúde no sistema prisional. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, p. 1293-1302, 2018.

BEZERRA, Claudia de Magalhães et al. Fatores associados ao sofrimento psíquico de agentes penitenciários do estado do Rio de Janeiro, Brasil. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 46, 2021.

BEZERRA, Cláudia de Magalhães; ASSIS, Simone Gonçalves de; CONSTANTINO, Patricia. Sofrimento psíquico e estresse no trabalho de agentes penitenciários: uma revisão da literatura. **Ciência & Saúde.Coletiva**, v. 21, p. 2135-2146, 2016.

JASKOWIAK, Caroline Raquela; FONTANA, Rosane Teresinha. O trabalho no cárcere: reflexões acerca da saúde do agente penitenciário. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 68, p. 235-243, 2015.

JESUS, Sara Rodrigues de; FELIPPE, Andreia Monteiro; SILVA, Yury Vasconcellos da. Vulnerabilidade ao estresse entre agentes de segurança penitenciários. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 41, 2021.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. Fundamentos de metodologia científica. Saraiva, 2002.

LIMA, Ana Izabel Oliveira. Trabalho e saúde mental: o caso dos agentes do sistema prisional no Rio Grande do Norte. 2017. 204f. **Tese** (Doutorado em Psicologia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

MACHADO, Nicaela Olímpia; GUIMARÃES, Issac Sabbá. A Realidade do Sistema Prisional Brasileiro e o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana. **Revista Eletrônica de Iniciação Científica**. Itajaí, Centro de Ciências Sociais e Jurídicas da UNIVALI. v. 5, n.1, p. 566-581, 1º Trimestre de 2014. Disponível em: www.univali.br/ricc - ISSN 2236-5044.

NASCIMENTO, F. E. DE M.. De carcereiro a policial penal: Entre nomenclaturas, imagem social e atribuições. Dilemas: **Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 15, n. Dilemas, Rev. Estud. Conflito Controle Soc., 2022 15(3), p. 883–910, set. 2022.

PAIXÃO, Wallace Henrique Pinho da et al. A saúde mental dos agentes do sistema prisional: mapeamento de estudos brasileiros. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 4, p. e21611427147-e21611427147, 2022.

RUMIN, Cassiano Ricardo; SANTOS, C. A. Público e privado: as implicações destas noções sobre a saúde mental dos trabalhadores do sistema prisional. **Omnia Saúde, Adamantina**, v. 4, p. 52-63, 2007.

SANTOS, Márcia Maria dos. **Agente penitenciário: trabalho no cárcere**. 2010. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

SOUZA, Aline Alves de et al. Semana do Trabalhador Penitenciário: um relato de experiência. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito de Pelotas**, v. 4, n. 1, 2018. SILVA, Melissa Mariane Mendonça; SILVA, Paulo Ricardo Meira da; CAVALCANTE, Gercina Alves Moraes. O policial penal e as dificuldades enfrentadas na atuação profissional dentro dos complexos penais brasileiros.